

Lúcio Kowarick

TRABALHO E VADIAGEM
A origem do trabalho livre no Brasil

2ª edição



PAZ E TERRA

©Lúcio Kowarick
Edição de texto: Ingrid Basílio
Revisão: Carmem Simões
Produção gráfica: Katia Halbe
Diagramação: Sílvia C. Diccetti e Solange A. Causin
Capa: Alexandre Martins Fontes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Kowarick, Lúcio, 1938
Trabalho e Vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil/
Lúcio Kowarick. — 2. ed. — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
1. Trabalho e classes trabalhadoras — Brasil — História
2. Trabalho escravo — Brasil — Emigração
I. Título. II. Título: A origem do trabalho livre no Brasil

94-1031

CDD-305.5620981

Para Tania e Felix

Índices para catálogo sistemático

1. Brasil: Trabalhadores: História: Sociologia 305.5620981

EDITORA PAZ E TERRA S.A.
Rua do Triunfo, 177
01212-010 — São Paulo — SP
Tel.: (011) 223-6522
Rua Dias Ferreira, 417 — Loja Parte
22431-050 — Rio de Janeiro-RJ
Tel.: (021) 259-8946

Conselho Editorial
Antonio Candido
Celso Furtado
Fernando Gasparian
Fernando Henrique Cardoso (*licenciado*)

1994
Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

*A IMIGRAÇÃO EM MASSA: PRODUÇÃO DE
HOMENS LIVRES ENQUANTO
MERCADORIA PARA O CAPITAL*

Ficou logo evidente, entretanto, que as drásticas penas da lei de alocação do trabalho (1879) mostraram-se de utilidade limitada para os proprietários. Antônio Prado observou que enquanto muitos fazendeiros desta Província haviam recorrido ao aprisionamento dos seus colonos com a finalidade de forçá-los a cumprir seus contratos, ele não tinha notícias de alguém que tivesse obtido resultados satisfatórios utilizando essa medida extrema. Imigrantes na prisão não estavam restituindo os montantes desembolsados pelos proprietários nem colhendo seus cafés... Entretanto, Prado ainda observou que a utilização da lei logo tornar-se-ia desnecessária, pelo menos em São Paulo, pois a Assembléia da Província aprovara uma medida em 1884, provendo passagens gratuitas para imigrantes que seriam canalizados para a agricultura. [Hall, 1969:116-117]¹

A abundância da mão-de-obra é um dos fatores responsáveis pelo preço que os proprietários pagam pela compra da força de trabalho. É claro que fatores como a organização sindical e política, bem como a própria composição orgânica do capital, também interferem nos níveis salariais da classe trabalhadora. Mas o fato de haver abundância de braços, desde que material e culturalmente expropriados,

cria condições para deteriorar os salários. Cria, ademais, condições para desarticular a resistência da mão-de-obra, pois acirra a concorrência intertrabalhadora. Para aqueles que arquitetaram o grande fluxo imigratório, era mais que evidente estar a oferta da mão-de-obra diretamente relacionada com o preço pelo qual seria obrigada a se vender. Já em 1884, pode-se perceber pelos discursos proferidos na Câmara dos Deputados o sentido que a importação de trabalhadores teve para a grande propriedade: “É impossível obter salários baixos, sem violência, se existirem poucos trabalhadores e muitos que queiram empregá-los”; ou ainda: “É evidente que necessitamos trabalhadores [...] de modo a incrementar a competição entre eles e, desta maneira, os salários serão rebaixados em decorrência da lei da oferta e procura” (Hall, 1969:117).² Vários são também os depoimentos acerca da “docilidade” do imigrante, que, na opinião dos fazendeiros, “[...] davam no seu conjunto a maior satisfação, pois contentam-se com pouco”. (*ibidem*: 89)³

A superexploração da força de trabalho esteve exemplarmente presente no processo de constituição do mercado de trabalho livre no Brasil. Contudo, como já foi apontado, pelo menos num primeiro instante, esse processo não se operou sob a forma clássica de destruição de um campesinato e artesanato prévios. Ao contrário, a produção de uma massa abundante e disponível de trabalhadores, sobretudo no caso paulista, centrou-se nos fluxos migratórios injetados do exterior. Outra possibilidade de superexplorar os trabalhadores seria imobilizá-los nas fazendas por meio da coação extra-econômica, à guisa do que tinha sido realizado com a experiência do senador Vergueiro. Esse foi, sem dúvida, o espírito da lei de locação de trabalho de 1879. Como as de 1830 e 1837, já assinaladas, ela previa um contrato de trabalho de cinco anos e o aprisionamento do colono que deixasse de cumprir suas cláusulas, fundamentalmente o reembolso da passagem ao fazendeiro que o importara e a impossibilidade de procurar outro emprego sem a posse de

um certificado emitido pelo seu antigo patrão, em que constasse a situação de suas dívidas.⁴ Efetivamente, ainda após 1880, muitos imigrantes assinavam contratos de trabalho pelos quais eram obrigados a restituir aos fazendeiros o preço do traslado. Semelhante ao que acontecera décadas antes na “parceria de endividamento”, novamente agora, o fazendeiro, ao imobilizar recursos com o adiantamento da passagem, superexplorava a mão-de-obra importada por meio da espoliação implícita ao processo da fixação coercitiva nas fazendas.

O primeiro passo para tornar mais fluido o mercado de trabalho é dado em 1881, quando o governo de São Paulo passa a pagar a metade dos custos de transporte, devendo o restante ser saldado pelo imigrante ao fazendeiro que o importa. Tal financiamento representou o início da ruptura do círculo de violência inerente ao processo de imobilização do trabalhador; mas foi uma iniciativa apenas inicial, pois em 1884 ainda metade dos imigrantes encontrava-se numa situação de “... escravos brancos sem qualquer possibilidade de escapar desta condição a não ser através da fuga” (Hall, 1969:90).⁵

Nesse ano, o governo começou a reembolsar integralmente os gastos que os fazendeiros realizavam com o pagamento das passagens, e, em 1885, passou a subsidiar diretamente o custo de transporte dos imigrantes: em 1881, o governo da Província despense apenas 45.848\$476 com transporte de imigrantes, cifra que, dois anos após, é de 374.287\$670 e, em 1886, sobe para 1.132.394\$691 (Camarago, 1952:58). Nesse período são, principalmente, italianos que chegam a São Paulo por meio da imigração subsidiada: entre 1882 e 1886, aportam 17 460; em 1887, 27 323; e, no ano da Abolição, o contingente supera 80 000 pessoas (Petroni, 1976:277).

Desse momento em diante não é mais necessário para o proprietário imobilizar seus trabalhadores. O custo de transporte, componente básico para a criação de um mercado de trabalho, é coletivizado pelos financiamentos governamentais. Já não é mais o fazendeiro que individualmente

deve alocar recursos para prover a mão-de-obra necessária para sua propriedade. Por meio do Estado, a classe dos potentados rurais capta os excedentes necessários para mobilizar a força de trabalho necessária para levar adiante a acumulação do capital. Já não é mais esse ou aquele fazendeiro que individualmente importa braços para suas lavouras, mas é o capital cafeeiro que, por intermédio do Estado, produz o mercado de trabalho:

Somente com a intervenção do Estado foi possível quebrar o circuito do trabalho cativo, procedendo-se a uma socialização dos custos de formação da força de trabalho e criando-se condições para que se instituisse o trabalho livre e o mercado de trabalho. [Martins, 1979:66]

Assim, uma vez coletivizados os custos de importação dos trabalhadores, não era mais necessário que a exploração da mão-de-obra continuasse baseada na sua imobilização. Ela vai residir na extração de mais-valia, assalariamento, muitas vezes combinada com o sistema de colonato instaurado nas fazendas de café. A essência do processo não precisa mais se centrar na coação extra-econômica, que redundava no endividamento do trabalhador dentro de cada propriedade.

É claro que a espoliação imperante antes do subsídio integral das passagens continuaria presente na cafeicultura paulista. A diferença fundamental reside, contudo, no fato de que, liberados os imigrantes do pagamento avançado pelos fazendeiros, o capital pode centrar a exploração da força de trabalho em mecanismos puramente econômicos apoiados no rebaixamento dos salários. A violência inerente ao processo de fixação pelo endividamento é substituída por formas politicamente mais viáveis e economicamente mais rentáveis de subjugar a força de trabalho, baseadas na gestão de um excedente de mão-de-obra, livre de débitos, mas também de propriedade e de instrumentos produtivos:

[...] o uso da coerção foi, de fato, às vezes utilizado para obrigar os trabalhadores a permanecerem nas fazendas, mas, na medida do possível, os proprietários preferiam enfrentar o problema, mantendo baixos os custos do trabalho através do aumento da oferta (de mão-de-obra). [...] A questão da estabilidade do trabalhador agrícola (disse o secretário da Agricultura no Congresso Agrícola de 1896) encontrava-se em via de ser resolvida, pois o Governo estava importando trabalhadores em tal quantidade que as plantações tornar-se-iam em breve até mesmo saturadas [...] O secretário observou, então, com notável franqueza, que este método era mais prático do que a coerção, a qual, além de ser contrária à liberdade individual, poderia levar os governos europeus a proibir seus cidadãos de virem. [Hall, 1969:117-8]

Esse é o quadro que caracteriza a constituição do mercado de mão-de-obra livre na cafeicultura paulista, que pode contar com sucessivas e volumosas levas de imigrantes. Quando, a partir de 1886, ficou evidente que a escravidão não iria perdurar, os fazendeiros paulistas, liderados por Martinho Prado, fundam a Sociedade Promotora de Imigração, entidade privada cuja finalidade era importar mão-de-obra para o café. Por meio de contratos firmados com o governo de São Paulo — por sinal inteiramente controlado pelos potentados do café —, a Sociedade traz para as plantações enorme contingente de imigrantes.⁶ Do ano de sua fundação até 1895, quando deixa de existir, subsidia a vinda de 220 mil colonos.⁷ A sociedade tem a seu encargo a direção da Hospedaria, amplo centro situado na cidade de São Paulo, nas várzeas do rio Tamanduateí, que recebe os imigrantes de Santos e os envia para as fazendas.⁸ A Hospedaria tornou-se um enorme centro de arregimentação de mão-de-obra, facilitando o envio dos imigrantes para as fazendas. Lá, os imigrantes assinavam contratos de trabalho por período de um ano, sendo tomadas as providências necessárias para que fossem canalizados para as grandes fazendas.⁹

Contudo, para dar continuidade a esses fluxos, como o contrato que o colono assinava era de um ano, tornava-se

imperioso alimentar constantemente a entrada de imigrantes, pois, devido às condições de trabalho e remuneração, era considerável a rotatividade da mão-de-obra nas fazendas.¹⁰

Por outro lado, haveria de compensar a crescente oportunidade de trabalho nas cidades, onde, a partir de 1880-90, os empregados urbano-industriais começaram a se expandir, bem como a saída de imigrantes para o exterior, que, no início do século XX, superou o número dos que desembarcaram em Santos. Há que se afirmar, entretanto, que esses movimentos jamais foram significativos a ponto de escassear a mão-de-obra nas zonas cafeeiras. Ao contrário, a expansão cafeeira e a indústria nascente sempre contaram com vasta oferta de braços, pois as levas de estrangeiros que entravam sempre foram bastante superiores quando comparadas à dos que partiam do Brasil.¹¹

Mesmo no momento da Abolição, não há indícios de falta de braços ou alta no preço da mão-de-obra, nem a produção se desorganiza: na cafeicultura paulista, entraram, naquele ano, 90 mil imigrantes para um total de 107 mil escravos registrados na Província. Até no Vale do Paraíba, a colheita de 1888, 48% superior em relação à do ano anterior, foi efetuada sem problemas (Stein, 1957:265).

Nas vésperas da Abolição, enquanto os escravos dos cafezais paulistas fugiam das fazendas, muitos dos quais desciam a serra do Mar amontoando-se nas favelas de Santos, imigrantes italianos faziam o percurso inverso, dirigindo-se para as plantações. No entanto, no quadro da economia da época, em que eram restritas as possibilidades de trabalho, muitos escravos, por não encontrar alternativas de sobrevivência, voltavam aos cafezais. Em cerca de um terço das fazendas paulistas, nos estertores de 1888, a mão-de-obra era formada predominantemente de ex-cativos que haviam fugido de seus antigos proprietários. Havia também o contingente de mão-de-obra livre, historicamente avolumado nos interstícios da economia mercantil. Crescente parcela desse contingente passou também a se mostrar disponível

para o processo de acumulação. Na medida em que o trabalho livre se universaliza e a agricultura comercial avança, novos componentes de trabalhadores nacionais são passíveis de ser submetidos pelo processo de expansão do capital.

É preciso, nesse sentido, frisar que o assim chamado elemento nacional, após a Abolição, tendeu a ser absorvido pelo processo produtivo só em áreas de economia estagnada, onde a imigração internacional foi pouco numerosa ou, até mesmo, nula. De fato, sua utilização ocorreu mais acentuadamente nas regiões decadentes do Vale do Paraíba e nas que apresentavam pouco dinamismo, como nas do Velho Oeste, em contraposição ao Oeste Novo: nela, o imigrante deixou poucas oportunidades para os nacionais que passaram a realizar tarefas mais árduas e de menor remuneração, como o desbravamento e preparo da terra, e, praticamente, extinguiu as possibilidades de emprego para o ex-escravo:

De fato, o oeste mais novo, a partir de meados da última década do século, tornou-se o sorvedouro das levas de braços estrangeiros de que necessitava, atraídas pelo estado de cultura e fertilidade do solo. O contingente imigratório era apenas partilhado com o oeste mais antigo, sendo rejeitado pelo tipo de braço que se introduzia, a área mais velha (Vale do Paraíba) [Beiguelman, 1978:72].

Os imigrantes negavam-se a ir para as áreas decadentes, principalmente aquelas situadas nas regiões do Vale do Paraíba, onde o braço nacional foi incorporado às tarefas produtivas, enquanto nas zonas novas, de grande produtividade, o colono estrangeiro foi amplamente utilizado, relegando para segundo plano o volumoso estoque de livres e libertos, que, mais uma vez, foram excluídos dos núcleos dinâmicos da economia.¹²

As sucessivas levas de imigrantes engajavam-se, em grande parte, na produção cafeeira, pois assim o exigia o sistema de arregimentação subsidiado a que estavam, pelo

menos temporariamente, submetidos. Criou-se, assim, um fluxo contínuo de trabalhadores, de antemão expropriados, que supria as fazendas com mão-de-obra barata. O trabalhador imigrante que saía das fazendas, por várias décadas, pôde ser substituído por seu conterrâneo que chegava, dando origem a um circuito contínuo de reposição da força de trabalho. Inicialmente, é a mão-de-obra italiana que seria canalizada para os cafezais. Quando em 1902 o governo daquele país proíbe a imigração subsidiada, os fazendeiros voltam-se para a importação de portugueses e espanhóis, e, a partir de 1908, os japoneses passam também a integrar esse volumoso manancial de força de trabalho.¹³

Com isso forjou-se larga oferta de mão-de-obra permanentemente renovada, condição básica para implantar drástico processo de pauperização, que caracterizaria a acumulação nas fazendas de café:

Os salários em 1884, quando o sistema do trabalho livre estava apenas iniciando em São Paulo, eram de 500 réis para 50 litros de café colhidos e de 40 a 50 réis para a carpa de mil árvores. Estes valores diminuíram um tanto no final da década de 1880 em decorrência da chegada de enorme número de imigrantes, mas subiram novamente em meados de 1890 para 700 réis na colheita e 90 para a carpa [...] No final do século, havia abundante oferta de trabalhadores e os salários caíram substancialmente. Permaneceram em cerca de 500 réis ou um pouco menos na colheita e entre 50 e 80 para a carpa nos primeiros anos do novo século. Então, o pequeno número de imigrantes que veio para São Paulo em contraste com o grande contingente que partiu entre 1902-1910 contribuiu para moderada elevação dos salários. Este processo foi invertido pelo aumento de imigrantes em 1912-1913, de modo que, por volta de 1914, os salários retomaram ao nível de três décadas atrás, em 1884. [Hall, 1969:143-4]¹⁴

Tais montantes referem-se aos salários nominais. Quando se tem em conta a elevação nos preços dos artigos de consumo básico, pode-se avaliar a queda real dos salários, que

marcou o trabalho no café: tomando-se o preço do arroz, artigo freqüentemente comprado pelo trabalhador estrangeiro, verifica-se que com a remuneração proveniente da colheita de 50 litros de café, em 1886, compravam-se 2,2 litros de arroz, 1,5 em 1889, 1,0 em 1892, 1,1 em 1896, 1,1 em 1907 e 0,8 em 1912. Informação semelhante advém de estudo realizado pela legação italiana de 1912, que tomou por referência os preços de treze produtos básicos: de um índice 100, tais produtos subiram para 223 em 1912, enquanto os salários rurais nesse mesmo período tiveram um incremento de apenas 15%, o que indica ter sido a queda do poder de compra dos salários de quase 100% (Hall, 1969:145-7).

Tabela 1
Salários nas plantações de café em São Paulo
(em réis)

Anos	Carpa (por mil árvores)	Colheita (por 50 litros)
1884	50	500
1886	80	400
1888	50	300
1890	60	300
1895	90	600
1898	90	680
1899	85	650
1901	65	500
1904	60	450
1906	80	500
1909	70	500
1912	100	600
1914	80	400

Fonte: Hall [1969:186]

Nas zonas cafeeiras do Oeste paulista, o salário real se deteriorou em razão do excedente de mão-de-obra que continuamente era injetado pelo processo imigratório. O mesmo fenômeno ocorrera nas zonas açucareiras de Pernambuco, pelo menos nos últimos cinquenta anos do século XIX: lá, não o imigrante, mas um excedente populacional autóctone, ainda em plena escravidão, trabalhou para a grande propriedade agroexportadora, submetendo-se a regras de domínio e de superexploração de um processo de acumulação, que se beneficiou da oferta de braços crescentemente disponíveis.¹⁵

Na atividade cafeeira ocorreu superexploração do trabalhador porque a abundância de mão-de-obra, predominantemente estrangeira em certas zonas e nacional em outras, possibilitou deteriorar os salários. Contudo, a acumulação capitalista iria também se beneficiar da desorganização dos trabalhadores rurais, desenvolvendo um conjunto de formas espoliativas que se dava em acréscimo à queda da remuneração do trabalho. Era comum nos cafezais paulistas a prática de multas ou espancamentos aplicados a trabalhadores que fugiam às duras regras impostas pelos proprietários. Ademais, os colonos eram obrigados a comprar nas vendas das fazendas, pagando mais caro pelos gêneros adquiridos; imperavam também as práticas de diminuir os preços dos produtos por eles cultivados, seu confisco, a alteração das medidas, a protelação ou não do pagamento do salário. Desprovido de organizações e no contexto de um sistema judiciário que sistematicamente favorecia as regras de domínio dos potentados rurais, o trabalhador não poderia fazer valer os seus direitos.¹⁶

Convém insistir que a importação em massa de estrangeiros representou uma vitória para os fazendeiros do Oeste próspero que, por meio da Sociedade Promotora de Imigração, arregimentaram grande quantidade de braços para suas lavouras.¹⁷ De um lado, os gastos estatais — ao subsidiar o transplante de imigrantes da Europa que chegavam às grandes propriedades sem nenhum ônus para os fazendeiros —

foram básicos para produzir de maneira rápida e eficaz mão-de-obra prontamente disponível para o trabalho no café, eliminando, dessa forma, os transtornos inerentes à submissão do braço nacional. Por outro lado, o transplante em massa de estrangeiros — como já foi mencionado — só foi possível na medida em que, na época, grave crise assolava a Itália, de onde vieram as primeiras levas. Principalmente na região do Veneto, grande contingente de pequenos proprietários e meeiros foi forçado a proletarizar-se, sem que a economia italiana tivesse condições de incorporar essa massa de disponíveis em outras atividades econômicas (Foerster, 1919: 102ss). Viabilizado o transporte gratuito para o Brasil, ludibriados com as promessas dos agenciadores, vieram com o propósito e esperança de enriquecer “na terra prometida” (Hall, 1971:3).

É das sobras desse vasto processo de importação de estrangeiros que a indústria nascente arregimentaria a mão-de-obra para levar adiante a expansão do capital fabril. De fato, com exceção das funções técnicas mais especializadas que cobriam ínfima quantidade de empregos, os industriais jamais tiveram de se preocupar em arregimentar trabalhadores.

Boa parte desses excedentes de mão-de-obra dirigiu-se para zonas urbanas, principalmente para a cidade de São Paulo. Quando, em 1898, a superprodução leva à acentuada queda nos preços do café e à substancial baixa nos salários do trabalhador agrícola, grande contingente migra para a cidade (Simonsen, 1973:25). Muitos estrangeiros, após permanecerem certo período trabalhando no café, em face da deterioração salarial e da dificuldade de acesso a uma gleba de terra na condição de proprietário, tomariam o rumo das cidades. Outros, ainda no final do século XIX, nem passariam pelo trabalho agrícola, dirigindo-se diretamente para as atividades urbanas (Morse, 1970:239).

Nesse sentido convém dizer que, a partir de 1904, quando se acelera a industrialização em São Paulo, a quantidade de imigrantes vindos com passagem subsidiada que aportaram em São Paulo — dessa data até 1918 — foi de

cerca de 265 mil para quase 695 mil. Ora, como se sabe que os não-subsidiados, em relação aos que tinham o transporte gratuito, tendiam de forma mais acentuada a dirigir-se para outras atividades que não o café, o saldo de 430 mil serve de indicação para o número de pessoas que foram procurar emprego diretamente nas atividades urbano-industriais.¹⁸

Tabela 2
Estado de São Paulo: estimativa do incremento da mão-de-obra necessária e enviada para o café (em mil pessoas)

Períodos	Estimativa do incremento de mão-de-obra necessária ao café	Mão-de-obra enviada pela Hospedaria dos Imigrantes para o café		Estimativa do excedente	
		Total	Adultos	Total	Adultos
1893-1896	71,5	188,0	131,6	116,5	60,1
1897-1900	93,0	102,6	71,8	9,6	20,2
1901-1904	21,0	96,1	67,3	75,1	46,3
1905-1909	3,0	133,1	93,2	130,1	90,2
1910-1915	27,5	244,1	170,9	216,6	143,4
1916-1920	58,0	109,4	76,6	51,4	18,6
Total	274,0	873,3	611,4	599,3	337,4

Fonte: Holloway [1974:256]

Convém indicar algumas cifras que mostram a acentuada presença de estrangeiros na cidade de São Paulo, onde se concentra a atividade fabril: em 1893, já somavam 55% dos residentes na capital, ocupando 84% dos empregos da indústria manufatureira e artística, 81% no ramo dos transportes e 72% nas atividades comerciais. No início do século, 92% dos trabalhadores na indústria eram estrangeiros, tanto é assim que:

Porém, a mão-de-obra para a indústria...

desde as mais diminutas e insignificantes máquinas até os mais importantes motores se acham em movimento impulsionando centenas de outras máquinas, com as quais se ocupam milhares de operários de ambos os sexos; dos quais infelizmente nem ao menos dez por cento são nacionais! [Bandeira Jr., 1901:XIII]

Com o avanço da industrialização, a presença dos estrangeiros continuaria elevada. No setor têxtil, em 1911, representavam três quartos do total dos operários, a maioria italianos, proporção que era semelhante nos demais ramos da indústria. Tanto é assim que, ainda em 1913, na capital do Estado tinha-se a

[...] impressão de estar na Itália, na Itália de além-mar para onde, juntamente com a língua, são transportados os costumes, as tradições domésticas, as festas populares, tudo enfim, o que nos pode lembrar de coração a nossa terra de origem.¹⁹

Em suma, até pelo menos 1920, os imigrantes representavam a maioria dos trabalhadores na indústria: 52% continuavam sendo estrangeiros, e, dentre os 48% restantes, a maior parte era filho de imigrantes, indicando a preferência que o industrial mantinha pela mão-de-obra de origem ou ascendência estrangeira. Nessa data, os estrangeiros representavam 18% dos 4 milhões e 500 mil habitantes presentes no Estado, enquanto no município de São Paulo, que passa por vertiginoso crescimento demográfico, entre 1890 e 1920, o número de imigrantes continuaria, proporcionalmente, ainda mais elevado (Lowrie, 1938).²⁰

Tais números apontam para a formação nas cidades de um excedente de força de trabalho em relação às necessidades produtivas em expansão:

Embora faltem dados da migração rural-urbana da época, é bastante plausível a hipótese de que uma parcela significativa desta sobrepopulação transferiu-se para os centros urbanos. [...] Por certo, houve muitas alternativas para a inserção no conjunto de atividades em que a capital do Estado em especial

estava desenvolvendo. Mas os indícios da formação de um exército industrial de reserva, previamente a um momento de decisiva arrancada da industrialização da cidade, são bastante claros. Assim quando São Paulo iniciou esta arrancada, a partir de 1905 aproximadamente, não se registrou nenhuma crise de mão-de-obra, o que de resto favoreceu o processo de acumulação. [...] Esta determinação estrutural (a existência de uma abundante oferta de força de trabalho) contribuiu permanentemente para deprimir os salários e reduzir o alcance das lutas operárias por melhores condições de existência. [Fausto, 1976:24-5, grifo meu].

Ao êxodo rural para as cidades, agravado pela crise cafeeira, iriam se adicionar os trabalhadores que não passaram pelo campo. Tal contingente, acrescido ao trabalho feminino e infantil, largamente utilizado nos primeiros decênios da industrialização, forjou ampla reserva de trabalhadores, que, historicamente, pressionou para baixo os níveis salariais.

Foge do âmbito deste ensaio a análise dos processos de constituição da força de trabalho urbana. Contudo, é conveniente apontar que, em largos períodos, houve perda do poder aquisitivo dos salários do operariado paulista, que, em certos anos, deterioraram-se ainda mais drasticamente do que nas zonas rurais.

Vale insistir neste ponto básico: onde não houve importação de braços estrangeiros, houve utilização de mão-de-obra nacional. Ao contrário, onde esse processo ocorreu, o imigrante afastou o ex-escravo das atividades produtivas e reduziu substancialmente a absorção dos nacionais que não haviam passado pelo cativeiro:

Tanto na economia agrícola de exportação mais dinâmica, o café, quanto na economia urbana em expansão, durante os últimos anos do século passado e a primeira década deste século, a massa imigratória européia relegou a um segundo plano a mão-de-obra nacional e, por assim dizer, a um terceiro plano, os ex-escravos. [Balan, 1974:120]

Tabela 3
População do Brasil, do Estado e do Município de São Paulo
(em mil habitantes)

Anos	População presente											
	Brasil					Estado					Município	
	Total		Estrangeiro		Total	Estrangeiro		Total	Estrangeiro		Total	
	Números Absolutos	Índices	Números Absolutos	Índices	Números Absolutos	Índices	Números Absolutos	Índices	Números Absolutos	Índices	Números Absolutos	Índices
1890	14334	100	352	100	1385	100	75	100	65	100		
1900	16438	122	1075	305	2282	167	478	637	240	369		
1920	30636	214	1566	445	4592	332	830	1107	579	891		

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, Censos de 1890, 1900 e 1920.

Como será aprofundado no capítulo seguinte, à diferença do Rio de Janeiro, onde os nacionais estiveram presentes na indústria desde seus primórdios, inclusive negros e mulatos, em São Paulo, devido ao enorme afluxo de imigrantes, o sistema econômico, ao prescindir de sua utilização, não os fazia passar pela "escola do trabalho", em muitos casos jogando-os numa condição social e econômica de marginalização.²¹

Numa primeira etapa da expansão capitalista, a massa de imigrantes, em face das necessidades do sistema produtivo, foi suficientemente volumosa para criar o exército de trabalhadores ativos e sua própria reserva. Ao arquitetar o processo migratório, o núcleo dinâmico do capitalismo no Brasil, o café, forjou as condições para superexplorar e espoliar a força de trabalho, basicamente então constituída de braços estrangeiros. Quando, posteriormente, patamares mais desenvolvidos e diversificados do processo de acumulação exigissem a incorporação de maiores montantes de mão-de-obra e a imigração internacional não fornecesse mais a abundância de braços, como a ocorrida em épocas anteriores, os capitais agrícola e industrial lançar-se-iam em busca desse potencial deixado historicamente como reserva latente de trabalho.

Enquanto isso não ocorresse, a mão-de-obra nacional permaneceria, nas regiões e setores econômicos de maior dinamismo, em boa parte desligada dos núcleos centrais do processo produtivo, principalmente a indústria, na qual o contingente negro e mulato sobretudo, durante várias décadas do século XX, ficaria realizando tarefas as mais desprezadas e, no mais das vezes, pior remuneradas. Mais ainda: particularmente sobre eles continuava a desabar a pecha de imprestáveis para o trabalho.

Tendo em vista essas considerações, é importante retomar, à guisa de comentários finais, a questão da assim chamada vadiagem do elemento nacional. Esse tema é importante, pois foi sobre a crença de sua incapacidade para o trabalho que, inicialmente, se reproduziu a escravidão e, posteriormente, se importaram numerosas levas de braços estrangeiros.

Tabela 4
Estado de São Paulo: evolução dos salários de operários industriais, ferroviários e de trabalhadores rurais em confronto com a elevação dos preços de gêneros alimentícios e dos tecidos de algodão (1914 = índice 100)

Anos	Gêneros Alimentícios A	Salários Rurais B	Sal. operários Inds. C	Salários ferroviários D	Tecidos algodão preços fábrica E	C/A	C/E
1913	95	105	100	—	105	105	95
1914	100	100	100	100	100	100	100
1915	117	95	75	101	98	64	77
1916	119	97	86	101	147	72	59
1917	132	94	86	104	232	65	37
1918	148	102	130	122	222	88	59
1919	146	107	160	119	342	110	47
1920	164	—	147	119	334	90	44

Fonte: Cano (1977:171).

NOTAS

1. Baseado nos Anais da Câmara, IV, 1884: 117. Esta e demais citações do trabalho de Michael Hall foram por mim traduzidas.

2. Baseado nos Anais da Câmara, IV, 1884: 117.

3. Baseado em Laerne, C. T. Van Delden, 1885: 88 e 139.

4. "Em 1879, nas vésperas da luta abolicionista, uma terceira lei de locação de serviços foi promulgada para proporcionar um sistema de meeiros ao abrigo de contratos de longa duração. Segundo esta lei, os trabalhadores que não cumprissem com suas obrigações estavam sujeitos à prisão e eram obrigados a regressar a seu trabalho depois de suas sentenças serem cumpridas" (Conrad, 1975:51-2).

5. Baseado em Perrod, Eurico, "Emmigrazione e Collonizzazione nella Província de San Paolo", XX, 1884, pp. 622-624.

6. Em 1888, com a finalidade de subsidiar a imigração, o governo de São Paulo contratou um empréstimo em Londres de 749 mil libras.

7. Mesmo após a extinção da Sociedade Promotora de Imigração, continuaram altos os gastos do governo do Estado com a imigração. Assim, por exemplo, em 1895 totalizaram 15% do orçamento do Estado, em 1901, 11%, em 1905, 9%, e em 1913, 8% (Vasconcelos, Doria de, Alguns Aspectos da Imigração no Brasil, op. cit., pp. 6, 7, 27 e 28).

8. A construção da Hospedaria é obra do visconde de Parnaíba, então presidente da província de São Paulo, primo de Martinho Prado, também grande fazendeiro, político influente e presidente da Estrada de Ferro Mogiana. Veja Monbeig (1950:30).

9. Entre 1888 e 1890 entraram em São Paulo 158 mil imigrantes, dos quais 63% subsidiados. No decênio seguinte, 80% dos 720 mil foram subsidiados. Entre 1901 e 1910, dos 420 mil que aportaram, 40% vieram com suas passagens pagas. Tal proporção é 36% para os 356 mil que chegaram nos cinco anos seguintes (Villela & Suzigan, 1975:249).

10. "De acordo como Diretor da Colonização, de 40% a 60% dos colonos deixam, anualmente, as fazendas em que trabalham. É difícil confirmar esta afirmação, mas, pelo menos, não é exagero dizer que a terça parte das famílias empregadas nas plantações as abandonam a cada ano" (Denis, 1911:206, tradução minha).

11. Entre 1882 e 1914, entraram em São Paulo 1 milhão e 553 mil imigrantes e saíram 687 mil (Hall, Michael, 1969:165). Em 1902, o governo italiano proíbe a imigração gratuita para o Brasil. Em 1903-04, as saídas de imigrantes em São Paulo excedem as entradas em 28 775 indivíduos. Nos dois anos seguintes, ao contrário,

as entradas são superiores às saídas em 25 885 pessoas. O mesmo fenômeno ocorre entre 1907 e 1910, quando há um superávit de 11 610 (Villela & Suzigan, 1975:254).

12. Insisto neste ponto: "As reservas de trabalho livre e liberto na área rural já eram suficientes para atender às necessidades da grande lavoura, que, no setor de vanguarda, se supria de braço italiano" (Beiguelman, 1978:115).

13. Para São Paulo vieram 180 mil imigrantes entre 1882 e 1889, dos quais 80% eram italianos. No decênio seguinte, dos 762 mil entrados, 56% eram italianos, mas já 11% vinham da Espanha e 8% de Portugal. Entre 1900 e 1909, dos 368 mil que aportaram em Santos, 48% eram italianos, 24% espanhóis e 15% portugueses. Entre 1910 e 1920 as proporções se invertem: dos 447 mil imigrantes, 30% eram constituídos de espanhóis, igual parcela vinha de Portugal, 24% provinham da Itália e 6% do Japão (Levy, 1974: Tabela 8).

14. Ver Tabela 1.

15. O Nordeste seria, historicamente, a região onde se avolumaria uma vasta reserva de mão-de-obra, que, após 1920-30, supriria a economia do Sul com força de trabalho abundante e barata.

16. Ver Hall (1969:128ss.). Ver também Dean (1977), principalmente capítulo 6. No Vale do Paraíba eram também freqüentes práticas espoliativas desse tipo (Stein, 1957:265ss.).

17. Os fazendeiros paulistas do Oeste, cujos interesses não estavam só centrados nas plantações, mas também em bancos, ferrovias e indústrias, faziam-se representar nos mais altos escalões do governo federal e de São Paulo, desde os tempos do Império. Funcionavam como forte do grupo de pressão nas decisões estratégicas, inclusive sobre a política imigratória, a qual, de maneira gradual mas consistente, foi se equacionando, de molde a trazer imigrantes enquanto força de trabalho para as fazendas. A essa opção se opunha a Sociedade Central de Imigração, liderada por Alfredo d'Escagnolle Taunay e André Rebouças, cuja finalidade era a de subsidiar imigrantes, dando-lhes terra e o apoio necessário a fim de formar núcleos de pequenos proprietários voltados para o cultivo de alimentos. Prevaleceu a primeira opção, o que significou o emprego de enormes verbas canalizadas pelo Estado, para a importação de braços, transformados em mão-de-obra barata para a acumulação do capital cafeeiro. Entre 1881 e 1917, os gastos com imigração feitos pelo Tesouro Nacional somaram 137219379\$465. Essa cifra refere-se a verbas despendidas em todas as unidades do país, da qual, como se

sabe, São Paulo recebeu grande parcela. Ademais, é preciso acrescentar os gastos provenientes do governo de São Paulo, que, no mesmo período, somaram cerca de 92000000\$000 (*Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*, São Paulo, ano VII; números 34 e 35, 1919, pp. 340, 342 e 343).

18. *Boletim da Diretoria de Terras, Colonização e Imigração* (1937). Veja também Spindel (1980: cap. II).

19. Piccarolo, Antonio. *O Estado de São Paulo*, 29.1.1913, p. 3, em Maran, (1979:14).

20. Veja Tabela 3.

21. "Tudo isso (a imigração e a concorrência interétnica de trabalhadores) concorreu para que a situação humana, vinculada à escravidão, fosse muito mais dura e desumana em São Paulo que em outras regiões do País [...], e para que a transição para a liberdade representasse muito pouco como fonte de compensações sociais [...] O negro e o mulato, postos à margem, atravessam um duro período de desorganização social, de apatia e de desmoralização coletiva" (Fernandes 1962:146). Veja também Fernandes (1965). Ou: Bastide & Fernandes (1971). Ou ainda: Ianni (1962).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A RECUPERAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA NACIONAL

[...] nos trabalhos fortes e rudes [...] O EUROPEU NÃO PODE MEDIR-SE COM OS NACIONAIS [...]: grandes marmanjos sangüíneos não raro possuem apenas uma robustez epidérmica, aparente, simplesmente decorativa, que não resiste ao mais ligeiro confronto com a dos minúsculos titãs [Limongi, J. Papaterra, 1916:12 e 14]¹

Assinalei nos capítulos anteriores que os livres e libertos não participaram do trabalho disciplinado e regular nas fazendas de café até 1888 e, depois dessa época, só foram incorporados nas áreas de cultivo para onde o imigrante não se dirigiu. Durante a escravidão, estiveram presentes onde o cativo, pelos riscos de fuga ou perigos inerentes a certas atividades, era pouco utilizado, tais como transportes, abertura e conservação de estradas, obras públicas. Faziam também o desmatamento e cumpriam a tarefa de desbravamento do vasto território. Ademais, os livres e libertos foram utilizados para implantar as ferrovias, e, por mais rudimentares que tivessem sido no percurso dos séculos, sempre havia as atividades de subsistência. Estas, pelo menos no momento que os escravos foram desviados da cultura de alimentos e concentrados na produção cafeeira, seguramente, passaram a ter alguma significação para o abastecimento das fazendas